



GUAIRACÁ REVISTA DE FILOSOFIA

**GREENE, J. TRIBOS MORAIS: A TRAGÉDIA DA MORALIDADE DO SENSO COMUM.
TRAD. DE ALESSANDRA BONRRUQUER. 1ª ED. RIO DE JANEIRO: RECORD, 2018.**

.MAYARA R. PABLOS¹

Os dissensos que compõem nossas disputas morais em sociedade são tão antigos quanto as diversas teorias que tentam organizar a moralidade social de forma a agregar, tanto quanto possível, os indivíduos de forma pacífica e harmônica e com vistas a um mesmo objetivo. Dentro do espectro filosófico teorias deontológicas e consequencialistas são um bom arquétipo acerca das contentas filosóficas protagonizada por diferentes autores, que possuem princípios opostos no que diz respeito a fundamentação de suas teorias.

No que diz respeito às teorias deônticas, pode-se dizer que o sonho dos iluministas era criar uma moralidade universal capaz de reger a sociedade sob os mesmos preceitos, dissolvendo as discordâncias entre tribos morais diferentes. A pergunta que se coloca então é: teria o iluminismo alcançado êxito em seu empreendimento? Para Joshua Greene não. De acordo com o autor, o ideal iluminista não foi efetivado, uma vez que obtivemos êxito apenas em criar um vocabulário comum por meio do qual é possível expressar os valores que compartilhamos e aqueles sobre os quais dissuadimos e que, portanto, nos dividem. Permaneceu ausente, neste sentido, o elemento comum capaz de transpor o âmbito teórico e efetivamente consolidar convicções diferentes com vistas a um mesmo fim.

1. Doutora em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora do Colégio Alto Vale – COC, Lages. Email: mayra_pablos@yahoo.com.br

Ciente deste fato e aliando psicologia, neurociência e filosofia, Joshua Greene retoma os problemas morais enfrentados pelas sociedades contemporâneas com o objetivo de traçar as distinções entre decisões morais tomadas de forma automática, que pressupõem um cálculo orientador para o curso da ação geralmente aceito e compartilhado pelos membros da sociedade e aquelas que demandam raciocínio consciente. Estas questões são abordadas em sua obra *Tribos Morais: a tragédia da moralidade do senso comum*, onde o professor de Harvard retoma a teoria consequencialista, a exemplo do utilitarismo, no intuito de traçar uma análise sobre o modo como a moralidade foi e é pensada tanto do ponto de vista emocional, quanto biológico e evolutivo. A teoria utilitarista é apresentada como a moeda comum, isto é, como uma metamoralidade capaz de fazer com que os indivíduos deixem de se projetar em primeiro plano para que a maximização do bem-estar geral possa ser de fato atingida.

A discussão sobre os dilemas morais vividos em sociedades complexas como as que vivemos é exposta na introdução da obra através da parábola dos novos pastos apresentada em quatro versões. A primeira trata dos acordos de uma tribo situada a leste de uma floresta fechada onde cada família de pastores recebe o mesmo número de ovelhas. Determinado ano, algumas famílias começaram a criar ovelhas excepcionalmente grandes, o que demandou mais pastos e, por sua vez, gerou problemas. Após diversas discussões o grupo de anciões que rege as tribos no leste decidiu que estas famílias deveriam ser punidas. Para alguns a punição foi branda, para outros demasiadamente severa.

A segunda tribo está situada a oeste de uma floresta fechada, onde também o pasto é compartilhado. Nesta tribo o tamanho do rebanho é definido de acordo com o número de membros da família, de tal forma que os que tem mais filhos recebem mais ovelhas. Deste modo, uma família com doze filhos precisaria de uma porção maior de pasto para suas criações, o que gera conflitos com famílias formadas por poucos membros. Este modelo de divisão suscita problemas como, por exemplo, quando uma família numerosa perde seus filhos. Teria esta família que ter o tamanho do pasto reduzido, aumentando ainda mais a tragédia que se instaura sobre a família? Esta decisão caberia ao grupo de anciões da tribo.

Na terceira tribo, ao norte de uma floresta fechada, não há pasto comum e cada família mantém seu próprio espaço, fechado e protegido por uma cerca. Alguns pastos são mais férteis e produtivos do que outros, o que faz com que alguns pastores sejam mais bem sucedidos do que outros. Não obstante, alguns pastores são mais sábios e industriais que outros, aumentando sua riqueza comprando pastos de pastores menos prósperos. Outros herdaram pastos melhores. Esta diferença de riqueza faz com que todos os anos algumas famílias morram por falta de comida

e suplementos, o que gera muito trabalho aos anciões que cuidam das questões da tribo.

A quarta tribo situada numa floresta fechada ao sul, compartilha o pasto e os animais, de modo que o trabalho e seus frutos são repartidos entre todos, igualmente. Os anciões tem muito trabalho nesta tribo, gerenciam o pasto, monitoram as pessoas designadas para o cuidado do rebanho, entre outras atividades. Certo verão, a floresta foi reduzida a cinzas tornando-se um pasto atraente para demais tribos que não hesitaram em ocupar as terras ao sul. Os sulistas não se opuseram à ocupação, sugerindo as demais tribos que os novos pastos fossem trabalhados em coletividade. As demais tribos zombaram da sugestão ao mesmo tempo em que erguiam muros para separar seus pastos, construíam casas e tomavam o espaço.

Ao apresentar a parábola dos novos pastos o autor traça uma analogia com a fábula da tragédia dos comuns, originalmente apresentada por Garrett Hardin (1968), com o objetivo de introduzir a discussão sobre o modo como cada tribo compartilha uma concepção divergente acerca da moralidade. De acordo com Greene, problemas sociais começaram a surgir após a convivência entre tribos diferentes, com costumes diferentes. Apesar disto, todos os pastores do novo pasto almejam a mesma coisa, conforto, segurança para suas famílias, alimentos, etc., o que faz com que se tornem semelhantes, a despeito de travarem guerras e disputas internas nas tribos. Suas divergências dizem respeito ao modo como cada sujeito cria suas concepções acerca do senso comum moral, de modo que cada um defende um tipo de valor moral a ser perseguido. Esta divergência define o que o autor chamou de *tragédia da moralidade do senso comum* (GREENE, 2018, p. 14).

Não vivemos em pastos, mas nossas disputas morais também ocorrem entre tribos diferentes onde cada indivíduo possui uma visão moral acerca dos fatos. Divergimos sobre como uma sociedade moral deve ser, qual modelo de moralidade se aplica melhor ao nosso cotidiano. Estes problemas não se dividem apenas entre o coletivismo ou individualismo das tribos. Antes, dizem respeito a situações mais complexas como a que é apresentada a partir da distinção entre “nós” *versus* “eles”, ou seja, o modo como somos ou não inclinados a nos enxergarmos como pertencentes a determinada tribo. Ciente disto, Greene traça um percurso argumentativo que analisa a moralidade desde seus primórdios, como ela é infundida no cérebro das pessoas, fazendo uma distinção entre problemas morais que nosso cérebro foi treinado para resolver e os problemas morais modernos que se originam.

Esta distinção é apresentada na primeira parte do livro (problemas morais) nos seguintes termos: os problemas morais entre (a) “eu” *vs.* “nós” – egoísmo *vs.* preocupação com os outros – fazem parte da relação de problemas que nosso cérebro foi projetado para solucionar. A relação (b) “nós” *vs.* “eles” – nossos interesses e valores *vs.* os dele – constitui um problema moderno, denominado a tragédia da

moralidade do senso comum, ilustrada através da parábola dos novos pastos. A primeira parte do livro é dedicada a apresentar esta distinção ao mesmo tempo em que mostra como nosso cérebro resolve o problema (a) e cria (b).

Na parte II (moralidade rápida e lenta) as estruturas do cérebro moral são analisadas de forma minuciosa. O que é feito com a introdução da segunda metáfora do livro: o cérebro moral é uma câmera dual. Como tal, possui um modo automático e um modo manual. O modo automático funciona nos moldes “paisagem” ou “retrato” e possui como característica a eficiência, porém, é inflexível. Esta parte do nosso cérebro é responsável pelas nossas emoções morais e instintos de cooperação em relacionamentos em pequenos grupos. O modo manual diz respeito à capacidade de raciocínio prático e a resolução de problemas morais. É flexível, porém ineficiente. Através desta metáfora é explicado como nosso pensamento moral é moldado tanto pela razão como pela emoção, de tal forma que a modalidade dual reflete a estrutura geral da mente humana.

Na terceira parte do livro é introduzida a terceira metáfora do livro: *a moeda comum*. A busca por uma moral racional universal tem sido o objetivo de grande parte de filósofos que depositaram sobre esta empreitada todos os seus esforços, de modo infrutífero. Como alternativa e tentando sanar esta lacuna filosófica o autor busca uma *metamoralidade*, isto é, “uma filosofia moral global que possa mediar as moralidades de tribos opostas” (GREENE, 2018, p. 25). Esta *metamoralidade* opera de modo a realizar o *câmbio* entre valores tribais opostos, o que exige uma moeda comum através da qual é possível mensurar valores morais. O capítulo 6, introduz uma candidata à *metamoralidade* – ou a solução para a tragédia da moralidade do senso comum – a saber: o utilitarismo. No capítulo 7, outras moedas são apresentadas no intuito de mostrar como estas moedas se apresentam insuficientes diante da tragédia da moralidade do senso comum. O que dá ensejo ao capítulo 8, onde o argumento do utilitarismo como moeda comum é reforçado, ao apresentá-lo como uma teoria moral construída a partir de valores e processos de raciocínio que são universalmente acessíveis.

A quarta parte (convicções morais) é dedicada a apresentar os argumentos contrários ao utilitarismo, o que é feito a partir da cognição moral e seu entendimento. A despeito de todas as críticas, o utilitarismo torna-se uma teoria atraente a medida em que se considera o modo dual do nosso cérebro moral.

Na quinta parte do livro (soluções morais) Greene retoma o problema dos pastos e os problemas morais reais, que deram ensejo ao livro. No capítulo 11, o autor aplica o utilitarismo aos problemas morais reais renomeando-o de *pragmatismo profundo*. De acordo com o autor, o utilitarismo é pragmático por ser flexível, realista, além de estar aberto ao compromisso, isto é, tenta chegar a compromissos de *princípios* ao apelar para valores que são compartilhados pelos indivíduos – também

conhecidos como moeda comum. Desta forma, ser um pragmatista profundo é escolher quando agir de modo automático e quando agir de modo manual. Dito em outras palavras, é ter de escolher quando usar o cérebro para racionalizar convicções morais instintivas ou transcender as limitações das nossas reações tribais instintivas. Diante das possibilidades de escolha acima postas, Joshua Greene subscreve o argumento da transcendência como uma nova forma de falar sobre a moralidade e os problemas morais que nos dividem. Por fim, no capítulo 12, são apresentadas seis regras pragmáticas para a vida nos novos pastos.

Conforme introduzido acima, os problemas morais são abordados através da tragédia dos comuns, fábula que descreve o dilema entre agir de acordo com o interesse próprio ou com o interesse coletivo. Segundo a fábula, cada nova ovelha que um pastor introduz no pasto comum para se alimentar, crescer e poder ser vendida no mercado, gera um lucro para seu criador, porém, todos os demais pastores que compartilham o pasto também arcam com os custos de criação do animal. Desta forma, todos podem ter lucros, ao introduzir um animal no pasto e despesas, ao ter que arcar com o animal de outros pastores. O problema a longo prazo é que se todos os pastores agirem a partir do interesse próprio o pasto erodirá e não haverá mais nada para ninguém.

Esta situação hipotética traz à baila o *problema da cooperação social*, questão central da existência humana. A cooperação pode ocorrer de forma previsível, quando fazer o melhor para “mim” corresponde a fazer o melhor para “nós” – quando os interesses estão alinhados a um mesmo objetivo; ou, de forma impossível, quando não há nós, mas apenas dois “eus” diferentes – quando os interesses são opostos. A cooperação previsível não pode ser vista como altruísta, uma vez que aquilo que a motiva é o interesse próprio. A compreensão de que a minha existência, sucesso e etc. depende de forma recíproca dos interesses dos demais.

Após o mundo conhecer as ideias de Darwin a moralidade tornou-se não só matéria de disputas teóricas, mas também um mistério científico. A história da evolução da humanidade pressupõe que indivíduos ou animais que colocavam fim as disputas entre seus membros sobreviviam e procriavam, perpetuando sua espécie e afirmando sua soberania. A seleção natural promove o interesse próprio como condição da existência. Como poderia então a moral, assim como a vida biológica, evoluir e passar a tratar do coletivo? Simples, a evolução da moralidade é a solução para a cooperação, e assim sendo, o modo como podemos evitar a tragédia dos comuns. Deste modo, a moralidade passa a ser vista como “um conjunto de adaptações psicológicas que permite que indivíduos de outro modo egoístas colham os benefícios da cooperação” (GREENE, 2018, p. 33).

A moral evoluiu para que a cooperação pudesse ocorrer compatibilizando os interesses individuais e os coletivos, o que ocorre quando alguns indivíduos sub-

metem seus interesses particulares aos coletivos. Entretanto, uma ressalva se coloca: biologicamente os seres humanos foram programados para cooperar de forma seletiva, apenas com algumas pessoas. Por isso cooperamos com alguns grupos e no contexto de relacionamentos pessoais. E por que a moralidade não evoluiu em termos de uma cooperação universal? Porque a evolução humana implica competições, o que não condiz com uma cooperação universal. A moralidade evoluiu na medida em que os homens se deram conta de que a cooperação oferece vantagem quando o que está em questão é a sobrevivência.

Nestes termos, a evolução da moralidade foi capaz de evitar a tragédia dos comuns, onde alguns puseram de lado o egoísmo em prol do coletivo, foram capazes de colocar o “nós” sobre o “eu”, mas não evoluiu o bastante para evitar a tragédia da modernidade: a moralidade do senso comum. Daí a necessidade de uma *metamoralidade*. A compreensão da metamoralidade exige que antes seja entendida a moralidade básica, o modo como a maquinaria moral funciona. O que é feito no segundo capítulo da primeira parte do livro.

Historicamente falando, nossos esforços de cooperação são resultado do modo como nossas emoções foram projetadas por meio dos recursos psicológicos por nós desenvolvidos, tais como: preocupação com os outros; reciprocidade direta ou indireta; comprometimento com ameaças e promessas; reputação; agrupamento etc. Em outras palavras, sentimentos como empatia, amor, autoconsciência, entre outros, fazem parte da maquinaria psicológica “projetada com perfeição para promover a cooperação entre indivíduos” (GREENE, 2018, p.70). Relacionar maquinaria psicológica e maquinaria moral não implica em subscrever a tese de que toda cooperação é moral – tome como exemplo a reciprocidade indireta ou o desejo de punir ou evitar pessoas que não cooperam (GREENE, 2018, p. 73). Apesar disso a relação inversa é verdadeira, toda moralidade é dependente da cooperação.

No terceiro capítulo, que compõe a última parte da discussão sobre os problemas morais, o conflito nos novos pastos é retomado a partir de questões chave como a moralidade local. Nossas disputas não se colocam apenas em termos de conflitos de valores diferentes, mas sobretudo, porque nossos valores locais tipicamente são baseados em religiões. Dada a multiplicidade de profissões de fé a religião pode unir ou separar as pessoas, tribos. O que pode ser afirmado em comum entre todas as formas de crença, entretanto, é o modo como todas elas possuem compromisso com a conhecida regra de ouro.

A moralidade local nos coloca diante de outra questão: o tribalismo ou a nossa tendência a favorecer membros que pertencem ao meu grupo social. Para Greene, mais do que um comportamento social, o tribalismo se coloca como algo inato ao ser humano, o que pode ser explicado a partir de experimentos feitos tanto com bebês com idade entre seis e doze meses de vida, quanto com nossos ancestrais

mais primitivos como os chimpanzés. Estes experimentos reforçam a ideia de que nossa maquinaria moral é desenvolvida para a cooperação com os demais, porém, em escala restrita aos que estão mais próximos: parentes, amigos, grupos próximos.

Nosso senso de justiça também é enviesado, possuímos o que o autor chama de justiça tendenciosa. De forma inconsciente somos levados a defender posições de justiça quando nos identificamos com a situação em questão. Assim, se sou réu em um processo, tendo a abrandar a pena caso tenha que formar juízos de valores acerca de outros réus. Igualmente, se sou vítima, tendo a pedir punição mais severa como retribuição para outras vítimas como eu. Esta postura tendenciosa se verifica quando estamos em posições assimétricas dentro da sociedade, de modo que o oposto também se verifica. Isto é, se estamos em posição de simetria tendemos a ser menos egoístas e tentar encontrar soluções que sejam satisfatórias a todos – para mim e o coletivo. De modo geral, a compreensão dos fatos é um problema dos comuns que envolve a tensão entre o interesse próprio e o coletivo (GREENE, 2018, p. 100).

Greene abre a segunda parte do livro falando de teorias consequencialistas, especialmente a teoria com a qual flerta, o utilitarismo. No capítulo quatro é apresentada a noção de bondologia, referindo-se ao dilema do bonde, a partir de uma série de experimentos conduzidos por diferentes e renomados neurocientistas que se ocupam da investigação de como nosso cérebro responde a dilemas morais hipotéticos e reais. Após mapear o funcionamento do cérebro humano com aparelhos capazes de medir as frequências e atividades cerebrais, Greene e os demais pesquisadores de diferentes áreas constataram que pessoas que apresentam distúrbios ou danos em algumas regiões do cérebro tendem a ser mais adeptas do utilitarismo, maximização do bem estar geral, do que pessoas que não apresentam tal condição. Ou seja, respondem em maior percentual a tomada de decisão de salvar mais vidas em detrimento do sacrifício do menor número de vidas perdida (GREENE, 2018, p. 131).

Ao mapear regiões cerebrais como o córtex pré-frontal medial, ventromedial, dorso lateral e a amígdala, foi possível entender também como nosso cérebro opera de modo dual (referindo-se a metáfora da câmera dual). Tome como exemplo o dilema agora *versus* depois. Nosso impulso por escolher ações que nos remetam a recompensas, resultados, etc. que são apresentados no tempo atual (agora) está relacionado ao modo automático do cérebro – eficiente, porém, inflexível. Ao passo que nossa capacidade de ponderação das circunstâncias revela o modo de operação manual do cérebro, a partir do qual ponderações podem ser feitas – revelando o caráter flexível do cérebro. A capacidade de cognição controlada do cérebro permite que possamos nos adaptar as mudanças as quais somos submetidos, graças a nossa aquisição de instintos adaptativos herdados biologicamente e aprendidos no am-

biente externo. Operar segundo o modelo manual permite que possamos aprender como lidar com problemas novos (para os quais não temos respostas automáticas).

A terceira parte introduz a ideia da moeda comum, e esta pode ser descrita em termos de um sentimento compartilhado intersubjetivamente: a felicidade. Claro que questões como qual felicidade deve ser tomada em questão, como mensurar os níveis de felicidade, dentre outras, poderiam ser levantadas. O que nos leva a concluir, a despeito de todas as objeções que podem ser levantadas, que a felicidade é apresentada como a moeda em comum haja vista o fato de que coisas que nos deixam felizes podem ser diferentes, mas a felicidade é um conceito universal. Todos entendemos o que está em questão com o termo *felicidade*. Neste sentido, “a felicidade é o que importa e a felicidade de todos conta do mesmo modo”, e isto significa que “a felicidade de ninguém é inerentemente mais valiosa que a de qualquer outro” (GREENE, 2018, p. 177).

Não à toa o autor coloca a felicidade como uma moeda comum, ela é um dos fundamentos de teorias consequencialista, a exemplo do utilitarismo. Aliás, a definição de utilitarismo oferecida nesta seção combina a ideia de felicidade como aquilo que importa para os indivíduos mais a ideia de que devemos maximizar coisas boas (GREENE, 2018, p.163). O utilitarismo, ou o *pragmatismo profundo* como o autor prefere chamar, trata sobre prazeres, mas não os de qualquer tipo. Aqueles que são melhores a longo prazo. O utilitarismo é uma teoria sobre o que importa em um nível mais fundamental, ou seja, sobre porque algumas escolhas são feitas em detrimento de outras, possuem mais valor.

A parte final do capítulo seis é esclarecedora, pois apresenta o utilitarismo como a teoria moral capaz de solucionar o problema dos novos pastos. Para isso, a metáfora da câmara dual é apresentada em analogia com a tragédia dos comuns e da moralidade do senso comum de tal forma que: a tragédia dos comuns (“eu” vs. “nós”) é analisada de modo automático; ao passo que a tragédia da moralidade do senso comum (“nós” vs. “eles”) é melhor resolvida pelo modo manual do nosso cérebro moral. Por isso, o utilitarismo é apresentado como a moeda comum – artifício através do qual é possível buscar uma métrica universal para mensurar valores diferentes de cada tribo – sendo a moeda comum a condição da metamoralidade requerida pelo autor.

A fim de comprovar o peso do argumento acerca do utilitarismo, Greene apresenta três modelos de verdade moral no intuito de refutar cada um deles e reafirmar a moeda comum por ele eleita. Estes modelos de verdade estão expressos no capítulo sete e correspondem ao modelo religioso, matemático e científico. A moeda comum encontrada é apresentada no capítulo seguinte, e corresponde aos ideais de metamoralidade dado o fato de que os valores que embasam o utilitarismo podem ser apontados como terreno comum da moralidade.

Na quarta parte do livro Greene apresenta o que chamou de miopia modular, fazendo analogia à metáfora da câmara dual. Por miopia modular o autor descreve nossa tendência a vermos apenas eventos “meio” – no exemplo do bonde considere a hipótese de empurrar alguém como meio para parar o bonde e salvar outras cinco vidas ao desviar o curso dos trilhos. Deste modo, nosso cérebro parece desconsiderar “efeitos colaterais” danosos – no exemplo do bonde considere a hipótese de apertar um interruptor ou acionar uma alavanca para desviar o bonde e salvar as cinco vidas a troco de uma – uma vez que esta ação não envolve aplicação direta de força pessoal.

O argumento é o que temos um alarme moral que é acionado quando se trata de causar danos a outrem e que este alarme moral é acionado no caso de empurrar alguém para parar o bonde porque o dano causado como meio é evidente, ao passo que o caso da alavanca e suas variações é visto como um efeito secundário na obtenção de um fim: parar o bonde. O argumento é que omissões prejudiciais não fazem nosso botão moral emocional ser ativado (modo manual), diferentemente de quando cometemos ações prejudiciais (modo automático).

Todas estas considerações nos levam a uma em especial: a de que praticar o utilitarismo muitas vezes parece ser errado. O experimento do bonde é clássico exemplo acerca do dilema que se coloca. Parece ser errado maximizar a felicidade salvando cinco vidas empurrando uma pessoa sobre os trilhos. O dilema do bonde é dúbio porque parece mostrar como uma ação violenta promove um bem maior. Como contra-argumento o autor afirma que o exemplo do bonde é exagerado e pouco se aplica ao nosso cotidiano, exceto se considerarmos a maximização da vida por meio da bioética. Apesar disto, a bondologia é relevante para mostrar como a estrutura da nossa convicção moral opera.

A parte final da quarta seção é reservada à discussão sobre justiça e equidade. Os críticos ao utilitarismo tendem a atribuir o que o autor chamou de falsas noções acerca da justiça ao entender o utilitarismo como uma teoria maximizada da felicidade, sendo esta entendida como sinônimo de riqueza. Ao fazer tais confusões filósofos renomados como, por exemplo, John Rawls, cometem equívocos ao não distinguir entre utilidade e riqueza e mundo real e hipotético. E aqui reside grande parte da crítica mal colocada ao utilitarismo e a ideia de maximizar bem-estar geral. O argumento de Greene contra a leitura distorcida sobre o utilitarismo é exposto através de diferentes experimentos onde algumas questões são postas aos indivíduos para que respondam sobre o aumento de felicidade e bem-estar em detrimento de uma vida com danos a serem arcados. A conclusão a que se chega é a de que no mundo real, pragmático, nossas escolhas de justiça e maximização tendem a considerar mais os danos do que os benefícios na composição do cálculo utilitarista. Isto

é, as pessoas tendem a escolher a utilidade em detrimento da riqueza, traçando uma distinção entre ambas.

Na quinta parte do livro Greene retoma a discussão sobre as soluções morais ao versar sobre o utilitarismo como um *pragmatismo profundo*. A tese central desta seção é a de que o *pragmatismo profundo* é capaz de se colocar como uma moeda comum, a metamoralidade buscada pelo autor, de forma mais eficiente do que noções amplamente aceitas nos discursos morais como, por exemplo, a noção de direitos humanos. Segundo o autor, quando falamos de direitos humanos para defender nossa posição estamos usando de blefe. Isso porque, a questão dos direitos humanos atende igualmente bem a posições divergentes. Em outras palavras, tanto liberais quanto conservadores, republicanos e democratas, grupos pró-vida e pró-escolha, etc., recorrem aos direitos humanos para fundamentar suas posições teóricas divergentes. Deste modo, toda argumentação sobre direitos humanos “é somente uma confabulação de modo manual, nossa tentativa de colocar uma face racional em nossas teorias intuitivas incompletas”, ou seja, uma tentativa de acomodar o modo manual a preceitos morais (GREENE, 2018, p. 328).

Como visto no terceiro capítulo do livro, quando os pastores dos novos pastos discordam da moralidade, eles usam poderes de raciocínio para racionalizar seus julgamentos instintivos (o modo automático da câmara dual). Por isso a necessidade da metamoralidade. Entretanto, não está claro ainda porque somente o *pragmatismo profundo* é capaz de fornecer tal moeda comum, capaz de reunir diferentes concepções em torno de um mesmo objetivo moralmente valioso. Ao que o autor responde sob o argumento de que “a ideia de que devemos visar à felicidade máxima não é a glorificação arbitrária de um único sabor moral ou a elevação dos valores de uma tribo sobre os valores das outras”. Antes, “é a implementação de uma moeda comum, uma métrica pela qual outros valores podem ser mensurados, permitindo não apenas o compromisso, mas o compromisso de *princípios* (GREENE, 2018, p. 352). O *pragmatismo profundo* apresenta-se como a melhor alternativa para resolver a contenda entre os novos pastos porque traz em seu cerne a preocupação com a compreensão acerca do que é melhor a todos os pastores, ao propor que o egoísmo individual seja posto de lado em prol do bem comum.

Tendo fundamento seu argumento sobre a metamoralidade capaz de resolver o problema introduzido com a primeira metáfora do livro, a saber, a tragédia da moralidade do senso comum, a parte final é reservada a apresentar seis regras para os pastores modernos. Desta forma, as seis regras corroboram a argumentação dos capítulos anteriores e são apresentadas na seguinte ordem: (i) *em face da controvérsia moral, consulte seus instintos morais, mas não confie neles*; (ii) *direitos não servem para construir argumentos, mas para encerrá-los*; (iii) *foque nos fatos e force os outros a fazerem o mesmo*; (iv) *cuidado com a justiça tendenciosa*; (v) *use a moeda comum*; (vi) *doe*.

Como apresentado acima, nós, que vivemos em sociedades complexas, plurais, onde a questão do “nós” *versus* “eles” se coloca em cada aspecto do arcabouço das nossas vidas temos de lidar diariamente com o fato de que diferentes tribos morais não conseguem concordar sobre o que é certo ou errado. Toda a argumentação do livro foi empreendida em mostrar como possuímos fortes convicções morais, como estas podem conflitar e qual a maneira mais eficaz de chegar a um valor comum a ambas as controvérsias que configuram o cérebro moral, dada a nossa capacidade de cooperação social. Daí a necessidade de encontrar um denominador comum a tribos que possuem moralidades concorrentes.

A discussão empreendida pelo autor traz a baila o modo como nós compreendemos e desenvolvemos nosso senso de moralidade, tanto a partir do aspecto psicológico quanto sociocomportamental. A cooperação moral entre indivíduos diferentes, que tendem a privilegiar aqueles que identificam como pertencentes ao seu grupo, nos coloca diante da tragédia da moralidade do senso comum, ao discorrer sobre nossas dificuldades de colocar o “eles” acima do “nós” e dos nossos interesses egoístas. Mais atual do que nunca, pensar a moralidade assim expressa diante da complexidade das nossas convicções morais é imperioso, haja vista o fato de cada vez mais vivermos em sociedades polarizadas, porém, interconectadas. O valor da discussão apresentada no livro não se dirige apenas a comunidade filosófica, mas também a todos aqueles que vivem conflitos morais diários.